

GESTÃO DE DOCUMENTOS EM ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: ESTUDO DO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS¹

E-mail:
pollygonzagaferreira@gmail.com
francisca.mota@ichca.ufal.br

Pollyana Cássia Gonzaga Ferreira², Francisca Rosaline Leite Mota³

RESUMO

Diante de um cenário cada vez mais tecnológico, onde a informação é insumo necessário, as ações das Instituições Federais de Ensino Superior devem ser pautadas na valorização da informação arquivística que reverbera em toda a instituição e também na sociedade. Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento que visa analisar a gestão de documentos do Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas a fim de identificar sua política arquivística e seu papel no contexto institucional. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, com a utilização de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados iniciais apontam que o Arquivo Central reflete todas as ações da instituição, mas carece de iniciativas de gestão de documentos, preservação digital sistêmica e transparência ativa. Considera-se a importância do arquivo para a comunidade acadêmica e que o mesmo deve ser disponibilizado de forma organizada e acessível a todos os interessados, garantindo o desenvolvimento de novos tipos de conhecimento e preservação da memória institucional da Ufal.

Palavras-chave: Arquivos Universitários. Ciência da Informação. Gestão de Documentos. Ifes. Memória Institucional.

ABSTRACT

Faced with an increasingly technological scenario, where information is a necessary input, the actions of the Federal Institutions of Higher Education must be based on valuing archival information that reverberates throughout the institution and also in society. This article is part of an ongoing research that aims to analyze the document management of the Central Archive of the Federal University of Alagoas in order to identify its archival policy and its role in the institutional context. It is characterized as a qualitative research, with a descriptive and exploratory approach, with the use of questionnaires and semi-structured interviews. The initial results indicate that the Central Archive reflects all the institution's actions, but lacks document management initiatives, systemic digital preservation and active transparency. It is considered the importance of the archive for the academic community and that it should be made available in an organized and accessible way to all interested parties, guaranteeing the development of new types of knowledge and preservation of Ufal's institutional memory.

Keywords: University Archives. Information Science. Document management. IFES. Institutional Memory.

¹ Pesquisa em andamento desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/Ufal).

² Mestranda do PPGCI/Ufal.

³ Doutora em Ciência da Informação e docente permanente do PPGCI/Ufal.

A temática dos arquivos universitários merece ser mais explorada no âmbito da Arquivologia e também da Ciência da Informação. “A Ciência da Informação tem como objeto a própria informação o que, em princípio, a aproxima da Arquivologia, cujo objeto é o documento e a sua relação orgânica com outros documentos e a informação nestes contida” (CARVALHO, 2012, p. 17). Para Carvalho (2012), os arquivos universitários cumprem seus objetivos na Arquivologia e, por extensão, à Ciência da Informação, pois ao custodiar documentos de diversos ramos do conhecimento, tal como ocorre na Ciência da Informação, apresenta diferentes possibilidades de aplicações.

Neste contexto, Bellotto (1989) reflete sobre o papel dos arquivos nas universidades, ressaltando, principalmente, a função social e democrática desses espaços e o compromisso com a sociedade. “Os arquivos constituem essencialmente fontes de informação [...] são fonte direta, fundamental e indiscutível a qual deve recorrer o historiador em seu labor da explicação histórica” (BELLOTTO, 1989, p. 20-21). Logo, “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade [...]” (CHAUI, 2003, p. 5).

Desde a instituição da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) vêm desenhando e se empenhando para implantar iniciativas arquivísticas, com mais ou menos sucesso. Tal situação também ocorre na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) ao longo de sua existência. Os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, neste caso específico, devem estar atentos sobre a importância de iniciativas que contemplem pesquisas que explorem esse universo de informações registradas em arquivos permanentes e refletir sobre a influência crescente da Arquivologia e, conseqüentemente, da Ciência da Informação na estruturação/reestruturação dos arquivos do ensino superior.

Os conteúdos informacionais produzidos pela Ufal têm aumentado em quantidade e complexidade. A gestão arquivística de documentos do Arquivo Central (AC) é importante para a eficiência e transparência da universidade. Principalmente por causa da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que trata sobre o acesso às informações públicas em todos os âmbitos do Poder Público Brasileiro, e da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. “Toda organização precisa ter sua documentação acessível, seja para consultas administrativas diárias ou por motivos comprobatórios” (ALMEIDA; VITORIANO, 2018, p. 69).

“Ao longo da sua existência as Universidades Federais adotaram procedimentos diversos de organização e tratamento dos documentos arquivísticos, não necessariamente baseados em conhecimentos técnico-científicos da arquivologia” (RONCAGLIO, 2016, p. 178). Roncaglio (2016) afirma também que a legislação sobre arquivos iniciou somente na década de 90 e, neste período, eram constantes as referências aos cursos de Biblioteconomia, desse modo, o fortalecimento de estudos bibliotecários na área de documentação, também pode justificar a interrupção dos serviços arquivísticos nas universidades.

“Os arquivos das universidades têm sob sua guarda documentos essenciais criados no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão [...] fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros” (CARPES; FLORES, 2013, p. 13). As instituições arquivísticas públicas, como as Ifes, têm papel ativo em todas as etapas, na definição de políticas e instrumentos que regem a tramitação desses documentos, enquanto permanecem sob custódia da entidade produtora, e também assumindo a custódia dos conjuntos documentais de guarda permanente. Hoje, o grande desafio de instituições como a Ufal é a gestão documental, que engloba o tratamento do documento desde a sua produção até sua

destinação final, garantindo sua integridade e, principalmente, o acesso para que a informação esteja disponível no momento necessário de sua respectiva utilização.

Assim, entendendo que o arquivo universitário é um elemento que reflete todas as ações da instituição, objetiva-se que esta pesquisa possa contribuir para ampliar a visão sobre uma área específica de arquivos, o arquivo universitário, onde o objeto de estudo em questão é o Arquivo Central da Ufal. O problema que norteará a pesquisa é: Como o Arquivo Central da Ufal pode contribuir para a transparência dos atos administrativos, democratização da informação e preservação da memória institucional? Em busca da resposta para a indagação postulada, definiu-se como objetivo geral da pesquisa analisar as atividades do Arquivo Central da Ufal, a fim de identificar suas funções, fluxo e sistemas de informação, bem como seu papel junto à universidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de documentos

Segundo Araújo e Aganette (2021, p. 04), a Gestão Documental (GD) tem como núcleo os Estados Unidos, que a intitularam como *records management*⁴, e tem como propósito organizar e sistematizar os procedimentos técnicos na tratativa e gestão dos documentos correntes e intermediários, visando a eliminação ou recolhimento em arquivo permanente. Para os autores, o estabelecimento de métodos de GD foi um marco importante na Arquivologia. Introduzido no campo da arquivística, no período posterior à Segunda Guerra Mundial e, junto à Teoria das Três Idades, trouxe novas perspectivas para o desenvolvimento da área.

No Brasil, a Lei 8.159/1991, em seu artigo 3º, define Gestão de Documentos como “um conjunto de operações técnicas e procedimentos referentes à produção, tramitação, avaliação, uso e arquivamento em fase intermediária e corrente, com vista à sua eliminação ou guarda permanente” (BRASIL, 1991). A mesma lei ainda dispõe que a gestão de documentos é dever do Poder Público e que todos têm direito a receber dos órgãos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos.

Para a organização dos arquivos, cada vez mais, se faz necessário o apoio de programas de gestão documental, amparados pela política nacional de arquivos públicos. As universidades devem buscar iniciativas que auxiliem e otimizem as atividades de gestão de documentos da sua massa documental. Segundo Bellotto, as universidades “[...] devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação [...]” (BELLOTTO, 1989, p. 24). Portanto, torna-se necessário buscar na Arquivologia, os princípios, os padrões, as normas e as técnicas que devem ser observadas na produção, na organização, na guarda, na preservação e na utilização dos arquivos, visando à execução dos programas de gestão documental.

Vitoriano (2017, p. 3-4) define que a Arquivologia tem na área de Gestão de Documentos a fase em que os documentos administrativos são organizados, classificados, avaliados e descritos, de modo a garantir o cumprimento de seu ciclo de vida até a eliminação ou destinação permanente. Hoje, muitos documentos arquivísticos são produzidos e armazenados exclusivamente no meio digital, por isso, é imprescindível a digitalização e a guarda segura desses documentos para garantir a preservação da memória e, sobretudo, para o planejamento futuro de políticas públicas.

Quando uma instituição realiza gestão dos documentos incluindo os suportes digitais, pode obter diversas vantagens que justificam o seu trabalho e o investimento aplicados em

⁴ Expressão utilizada nos Estados Unidos, no Brasil traduzida como Gestão de Documentos.

materiais e/ou equipamentos que auxiliem neste gerenciamento, bem como a capacitação técnica de profissionais que atuam nesses espaços informacionais. Uma instituição pública possui vários registros documentais: memórias, atos administrativos, ações internas e externas, entre outros acontecimentos e dados importantes. Disponibilizar apenas a versão física é um risco, pois, por mais que esteja bem preservada, essa massa documental apresenta potencial de perda por incêndio, acidentes naturais e outros incidentes.

“A modernização das instituições públicas é uma pauta permanente [...] produção de documentos digitais e a necessidade de racionalização de recursos há uma maior efetividade nos fluxos de trabalho e eficiência no atendimento aos cidadãos” (NOGUEIRA; COSTA; SARAIVA, 2017, p.295). Para auxiliar a gestão de documentos no formato digital, foram criados o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), usado para desenvolver um sistema informatizado ou para avaliar um já existente, e os Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), proposto pela Resolução nº 43 do Conarq (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015). As Ifes devem estar preparadas “para encarar algo mais complexo, que é a preocupação que se deve ter com a informação produzida no âmbito interno e externo afetando os processos e os produtos das organizações” (CALDERON *et al*, 2004, p. 99).

2.2 O acesso à informação nos arquivos das Ifes

Em geral, os arquivos testemunham as interações em sociedade, especificamente entre os cidadãos e suas instituições democráticas ao longo do tempo, fator importante para esse fim. Como exemplo, podemos citar os cidadãos que, em cumprimento das suas obrigações fiscais, mantêm o seu processo perante a autoridade governamental; neste caso, são nos arquivos onde podemos encontrar os documentos que foram gerados ao longo de sua atividade tributária. Segundo Bellotto (1989), os arquivos servem de “incremento à eficiência administrativa devido a melhor eficácia do sistema informativo” (BELLOTTO, 1989, p. 24).

Goldschmidt e Reis (2019) afirmam que a tecnologia, por meio da chamada democracia digital, auxilia na promoção da sociedade civil na construção do processo democrático. Desse modo, a democracia digital proporciona benefícios para o funcionamento dos arquivos universitários, ademais, sem os arquivos não haveria facilidade de acesso às informações, à eficiência, à transparência e, por extensão, à democracia. Assim, segundo os autores, as novas tecnologias podem auxiliar na recuperação da informação e na promoção do acesso, e a democracia digital pode contribuir para o processo democrático dentro das universidades federais.

As universidades têm sido pressionadas a se adequarem às mudanças advindas do tecido social, sejam fundamentadas em recomendações de agências internacionais ou por força de dispositivos legais nacionais ou locais (RIBEIRO, 2014, p. 2). Além disso, a LGPD e a LAI fomentaram uma nova realidade para as Instituições Federais de Ensino Superior. Nesse panorama, a gestão das Ifes enfrenta um grande desafio para atender aos ditames das leis, dada a necessidade de implementação de programas a essas exigências, caso contrário poderão sofrer sanções administrativas legais.

O acesso à informação está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em 2011, foi promulgada a Lei de Acesso à Informação regulando o acesso às informações em todas as esferas de governo, exceto as informações que cabem à proteção de sigilo (MARINHO, 2021, p. 3). Um dos grandes desafios das Ifes é atender às demandas e regras de transparência e publicidade exigidas por essa legislação, segundo Teixeira (2020), a informação requerida na LAI passa por um filtro antes mesmo da sua disponibilização ao interessado, já que o acesso não é pleno. A LAI também estabelece um conjunto mínimo de

informações que devem ser publicadas nas seções de acesso a informações dos sites dos órgãos e "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem" (BRASIL, 2014, p. 62).

Schwaitzer (2019) enfatiza que as Ifes tiveram que se adequar às novas regras de privacidade e tratamento de dados pessoais, precisaram aumentar o cuidado para prevenir vazamentos de informações, elevar a transparência sobre quais dados são realmente importantes para instituição e lidar adequadamente com o legado gerado pelos arquivos e acervo. A LGPD exige que as Ifes sejam proativas, verdadeiros canais de mudança e influência dentro da sociedade; tornar a privacidade e a proteção de dados um elemento diferencial deve ser uma bandeira da instituição de ensino.

As instituições precisam aperfeiçoar as atividades existentes de disponibilização de dados sensíveis de modo que possam promover o acesso com segurança da informação e sem o risco de divulgação indevida. Conforme Stelzer et al (2019), as Ifes devem estar prontas para que cada tratamento de dados esteja de acordo com a LGPD e, antes de iniciar a adequação da lei na instituição, é necessário a exigência de políticas documentadas para proteção, retenção e arquivamento. Tais instituições tratam de dados pessoais sensíveis, sendo assim sujeitas a controles mais rígidos conforme dispõe a LGPD (BONI, 2019).

Em vista disso, os arquivos das Ifes cumprem um importante papel dentro do contexto democrático e têm também a função social de possibilitar o acesso às informações à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, portanto, é essencial a digitalização dos acervos. "Este conjunto informacional, adquirido por meio das fontes documentais arquivísticas, compõe grande parte do patrimônio informacional da Instituição e a principal base do saber produzido por sua comunidade acadêmica." (MENEZES, 2012, p. 68).

2.3 Características dos arquivos universitários

O arquivo é uma instituição documental de grande importância e de extraordinária complexidade. De acordo com Carvalho (2012), o conceito de arquivo universitário não é facilmente encontrado nos livros de Arquivologia, somente em anais e reuniões científicas da área. "Definir o que sejam arquivos universitários, a partir da literatura nacional da Arquivologia, é tarefa difícil porque esta pouco contempla o termo. Há somente alguma referência quanto à classificação dos arquivos" (CARVALHO, 2012, p. 70).

Além do caráter probatório e informativo dos documentos, os arquivos universitários agregam outros valores relacionados à pesquisa científica, à transmissão do conhecimento e ao retorno à sociedade em geral. "O conceito de arquivos universitários foi apresentado no 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários, acontecido em novembro de 1991 na cidade de Campinas (SP)" (PEREIRA, 2012, p. 20).

Pereira (2012) apresenta que dentre os objetivos dos arquivos universitários, estão o processamento técnico do acervo, conservação e preservação de documentos, gestão de documentos administrativos e acadêmicos. Os arquivos universitários possuem funções específicas que muitas vezes são desconhecidas pela própria instituição e, apesar de serem frequentemente confundidos com depósitos de documentos, os arquivos são também considerados fontes de informação e repositórios da memória intelectual das instituições. São estruturas que, para Bellotto, possuem uma dimensão informacional mais ampla: "[...] unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem, por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes da concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica" (BELLOTTO, 2014, p. 65).

"O arquivo universitário deve ser preservado, por ocupar um papel de grande relevância nas instituições, uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido do trabalho

intelectual, bem como a preservação histórica do ensino superior” (BOSO *et al*, 2007, p. 127). Esse tipo de arquivo vem enfrentando vários desafios no que diz respeito ao apoio institucional, equipe profissional capacitada e infraestrutura.

3 O ARQUIVO CENTRAL E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA UFAL

O Arquivo Central tem a função de servir à administração pública da Ufal, tendo como instrumento de apoio os documentos por ele protegidos e preservados, visando a sua utilização. Quando o documento não auxilia mais à administração, é selecionado para ser utilizado como fonte para história e memória da instituição. Esses registros são importantes para compreensão da comunidade acadêmica, informações orgânicas, patrimônio cultural único e insubstituível. Assim, é fundamental a preservação e o estudo, como também devem ser multiplicadas as ações de acesso à informação e à preservação da memória institucional.

“Os arquivos [...] constituem unidades de informação que exercem importantes funções na Sociedade da Informação. Essas unidades são detentoras de informação que quando contextualizada proporciona valor ao usuário, agregando-lhe novos conhecimentos [...]” (ANNA *et al*, 2015, p. 95). “Os arquivos universitários exercem um papel diferenciado no conjunto de arquivos públicos, pois sua missão é ampliada pelas próprias finalidades das universidades como locais de produção do conhecimento” (PEREIRA, 2012, p. 54). E o desenvolvimento da Arquivologia, tida com um saber do Estado, está ligado à preservação dos arquivos e, conseqüentemente, da memória das instituições públicas.

Essas unidades de informação são apropriadas para a construção dos “lugares de memória” por conterem as estruturas básicas de organização da informação, independente da sua natureza. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13). A memória significa a manifestação e a materialização dos registros considerados históricos em patrimônio cultural e social através do estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação. Para Thiesen (2013), toda memória é institucional. Segundo a autora, a memória institucional é tudo aquilo que as instituições definem como relevante para a sua memória; é a sua verdade, o que deve ser selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio, esquecido ou guardado em segredo. Assim, a preservação desta memória garante informações confiáveis sobre a entidade, que podem ser utilizadas nas tomadas de decisão diariamente, conseguindo, desta maneira, manter uma coerência dos atos institucionais.

“Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de um espaço para ser ativada e estimulada” (SEEMANN, 2002, p.44). À vista disso, a Ufal existe e atua também por meio do Arquivo Central, que é, portanto, ao mesmo tempo, instrumento e prova dessa atuação, pois é no arquivo que está toda a memória da produção acadêmica e administrativa da universidade. O Arquivo Central constituirá, no futuro, matéria para a construção de narrativas históricas e memoriais sobre a instituição e sobre os fatos em que ela teve participação. A história e a memória institucional da Ufal são construídas, diariamente, através de seus atos administrativos. Para a gerente do AC, “os documentos armazenados não são como livros, que geralmente têm mais de uma edição. São registros únicos, que dizem respeito à instituição e aos indivíduos que fazem parte da comunidade universitária.”

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Theodorson, a pesquisa exploratória é “um estudo preliminar cuja finalidade principal é para se familiarizar com um fenômeno que está sendo investigado, para que o estudo a seguir pode ser projetado com uma maior compreensão e precisão [...]” (THEODORSON e THEODORSON, apud PIOVESAN e TEMPORINI, 1995 p. 319). As pesquisas descritivas, na visão de Gil (2008), buscam fazer descrições sobre as características de determinada população ou fenômeno. O trabalho tem abordagem qualitativa e, segundo Creswell, “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26).

Utilizamos a aplicação on-line do questionário e entrevistas, via Plataforma Google Forms. O questionário foi aplicado junto aos quatro (04) servidores do AC. Já as entrevistas foram realizadas com o Reitor da Ufal, o Pró-Reitor de Gestão Institucional (Proginst), responsável por coordenar as atividades de gestão da informação, a Diretora da Biblioteca Central, setor ao qual o AC está subordinado, e a Gerente do AC. Os formulários foram enviados aos servidores por e-mail, durante o mês de março de 2023. Todos responderam à pesquisa. A técnica escolhida para verificação dos dados foi a análise de conteúdo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos [...]” (BARDIN, 2016, p.48).

5. RESULTADOS PRÉVIOS

Os dados parciais apontam que é urgente na Ufal a regulamentação de uma política de gestão de documentos responsável por nortear e padronizar as atividades arquivísticas em toda universidade, proporcionando transparência das ações, acesso, disseminação, preservação e segurança da informação arquivística. Para 100% dos servidores do AC, o setor não consegue atender plenamente a necessidade informacional da universidade no que diz respeito à salvaguarda e à gestão arquivística dos documentos, justamente pela inexistência de uma política documental. Já 75% dos servidores afirmam que o AC não é reconhecido pela instituição e pela comunidade acadêmica por seu papel estratégico e memória institucional.

Em entrevista realizada com o Reitor da Ufal, o gestor admitiu que há necessidade urgente de investimentos em infraestrutura física, de informática e de pessoal para garantir o resgate e a preservação da memória institucional da Ufal através do AC. E, no que diz respeito à relação entre gestão de documentos e o acesso à informação na universidade, o Reitor afirma que a situação é crítica, pois a guarda dos documentos sem uma política clara de acesso pode impedir a obtenção de informações relevantes para a comunidade acadêmica. Já o Pró-Reitor da Proginst afirmou que foi realizada uma reunião com a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPADOC/Ufal), a Gerente do AC e demais interessados, com o objetivo de delinear um plano de ações monitorado e apoiado pela Proginst, para elaborar a política de gestão arquivística da instituição.

Os resultados iniciais mostram também que a Ufal precisa avançar no atendimento às demandas atuais da sociedade e dos usuários de arquivos no que diz respeito às transformações digitais. Com o crescimento de documentos produzidos pela universidade, inclusive documentos digitais, é necessário garantir a manutenção da autenticidade, preservação e acesso em longo prazo, considerando que parte desses documentos é de longa temporalidade ou guarda permanente. A instituição precisa dispor de ambientes seguros como o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), ferramenta fundamental para a preservação dos documentos

digitais, e de Plataformas Arquivísticas de Acesso e Difusão e Transparência Ativa, disponíveis no mercado até em software livre. Além disso, quando questionados sobre o uso dos softwares, 50% dos servidores do AC alegaram desconhecimento dessas ferramentas digitais.

A carência de recursos humanos; ausência de um espaço físico adequado para o armazenamento e desenvolvimento das atividades; a falta de equipamentos de proteção individual; escassez de insumos tecnológicos para o tratamento dos documentos, somado à falta de investimentos em iniciativas de gestão de documentos, preservação digital sistêmica e de transparência ativa são alguns dos empecilhos relatados pelos servidores para execução do trabalho. Segundo a Gerente do AC, o arquivo não possui dotação orçamentária, nem poder de decisão para resolver e providenciar materiais para o trabalho diário e, muitas vezes, são os servidores que providenciam do próprio bolso os instrumentos para atender as demandas do setor. Isto posto, espera-se que a pesquisa possa agregar para a área do conhecimento da Ciência da Informação e Arquivologia, bem como auxiliar aos arquivos universitários da Ifes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. I.; VITORIANO, M. C. C. P. Diagnóstico de arquivos e mapeamento da informação: interlocução da gestão documental com a gestão da informação. **Em Questão**, v. 24, n. 3, p. 68-95, 2018. DOI: 10.19132/1808-5245243.68-95 Acesso em: 22 out. 2022.

ANNA, J. S. A arquivística no universo da ciência da informação: práticas profissionais em re(construção). **Biblionline**, v. 11, n. 2, p. 5-18, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16452>. Acesso em: 20 set. 2022.

ARAÚJO, J. J. de; AGANETTE, E. C. Gestão de documentos arquivísticos: diagnóstico situacional em Escolas Estaduais de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], n. Especial, 2021. DOI: 10.35699/2237-6658.2021.37089. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/37089>. Acesso em: 19 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivologia**: objetivos e objetos. Arquivo Boletim Histórico e Informativo, São Paulo, n. 10, p. 81 -83, 1989.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BONI, B. R. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BOSO, Augiza Karla, SOUZA; Caroline Amanda da Rosa de; CISNE, Caroline dos Santos; CORADI, Joana Paula. Importância do arquivo universitário. The importance of the university archives p. 123-131. **Revista ACB**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 123-131, mar. 2007. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/488/627>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção I, p. 454- 456.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/atendimento>>. Acesso em 11 mar. 2021).

CALDERÓN, W. R., CORNELSEN, J. M., Pavezi, N., & LOPES, M. A. (2004). O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência Da Informação**, 33(3). Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v33i3.1037>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O Arquivo Universitário e a Memória da Universidade. **Inf. & Soc.: Est., João Pessoa**, v. 23, n. 3, p. 13-22, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12278> Acesso em: 12 mar. 2021.

CARVALHO, Wallace Pires de. **Arquivos universitários de entidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED**, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

CONARQ. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e-Arq Brasil**. Versão 2. 2020.

178 p. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visando-a-Atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf>. Acesso em 11 dez 2022.

CONARQ. **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/335-resolucao-n-43,-de-04-de-setembro-de-2015.html>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. - 3.ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSCHMIDT, Rodrigo; REIS, Beatriz de Felipe. DEMOCRACIA DIGITAL. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 18, n. 01, p. 177 - 200, dec. 2019. ISSN 1984-7858. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3211>>. Acesso em: 22 jun 2021.

MARINHO, Ana Lúcia Torres. Democracia e acesso à informação. **Jornal Tribuna**, 02 ago. 2021. Disponível em: <https://jornaltribuna.com.br/2021/08/democracia-e-acesso-a-informacao/>. Acesso em 23 set. 2021.

MENEZES, João Luiz. A segurança dos arquivos universitários e a missão institucional. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 61-87, 2012. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2526-1450012600.pdf>. Acesso em: 23 jan.2021. ISSN 0103-3557

NOGUEIRA, R. F.; COSTA, T. A. C.; SARAIVA, N. L. Desafios da gestão de documentos: a aplicação do e-arq no âmbito do sistema eletrônico de informações (sei). **Informação Arquivística**, v. 6, n. 1, p. 294-303, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42390>. Acesso em: 22 dez. 2022.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Houry. Projeto História, n.10, p.7-23, 1993.

PEREIRA, Tânia Maria de Moura. **Política de arquivos universitários: um estudo analítico**. Sapucaia do Sul, 2012. 57 f. Trabalho de conclusão de curso (pós-graduação). Universidade Federal de Santa Maria, Curso de Pós-graduação à distância especialização lato sensu gestão em arquivos.

PIOVESAN, A e TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-25, 1995. Tradução. Acesso em: 22 jun. 2022.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Os desafios contemporâneos da gestão universitária: discursos politicamente construídos. **In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/VII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2014, Porto, Portugal. Políticas e Práticas de Administração e Avaliação na Educação Ibero-Americana. Timbaúba-PE: Biblioteca ANPAE, 2014. v. 1. p. 1-14.

RONCAGLIO, Cynthia. **O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília**. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/74927>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

SEEMANN, J. O Espaço Da Memória E A Memórias Do Espaço: Algumas Reflexões Sobre A Visão Espacial Nas Pesquisas Sociais e Históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 4, n. 1, 11, 2002.

SCHWAITZER, Lenora de Beaurepaire da Silva. Introdução. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano V, n.9, outubro, 2019.

STELZER, J; GONÇALVES, E. D. N.; BAPTISTA, R. R. F.; VAZ, R. M. P.; WIEIRA, K.; FIDELIS, M. D.M. **A lei geral de proteção de dados pessoais e os desafios das instituições de ensino superior para a adequação**. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201939/103_00090.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 10 de jan. 2021.

TEIXEIRA, Ilderlândio. **LGPD e LAI: uma análise sobre a relação entre elas**. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/noticias/2020/lei-acesso-informacao-lai-lei-geral-protecao-dados-pessoais-lgpd>. Acesso em: 14 jul. 2022.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

VITORIANO, M. C. C. P. “Uma aproximação Entre Arquivologia E Ciência Da Informação: O Uso Dos Conceitos De informação orgânica E informação arquivística”. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 11, nº 4, dezembro de 2017, doi:10.36311/1981-1640.2017.v11n4.09.p57.